

“Só medidas duras tiram País da crise”

Ademar Shiraishi

Economistas de diversas tendências e ex e atuais membros do Governo têm amplo receituário para o próximo Presidente da República, a ser eleito no dia 17 do mês que vem, tirar a economia brasileira da maior crise da história do País. O receituário só tem remédios amargos, após a ilusão dos choques heterodoxos, conforme expuseram, ao longo da semana que passou, economistas convidados para o Seminário Comemorativo dos 25 anos do Banco Central.

Sem qualquer representante identificável do PT, os convidados do Banco Central defenderam posições distantes do programa de Lula. Até o tucano Yoshiaki Nakano, professor da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, condenou o retorno dos populistas que prometem milagres, em referência à disputa entre Lula e Collor, no segundo turno das eleições presidenciais.

Há o consenso de que o próximo presidente, Lula ou Collor, não poderá dispensar o choque fiscal, com o impopular aumento de impostos. O novo Presidente da República também terá que conviver com a recessão da economia e os efeitos desagradáveis do aumento do desemprego. A crise obrigará o novo Governo a adiar a solução dos graves problemas sociais, como a reforma agrária ou a distribuição de renda.

Ninguém assumiu o calote da dívida pública interna, apesar do peso dos encargos financeiros na formação do déficit público. Apenas os economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio, Paulo Nogueira Batista Júnior, e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Antônio Kandir, defenderam a moratória da dívida externa como instrumento contra a crise econômica.

Nem os ex-cruzadistas e ex-diretores do Banco Central, André Lara Resende e Pêrsio Arida, assumiram posturas claras a favor de novo choque heterodoxo. Pelo contrário, Lara Resende surpreendeu com as

propostas de “monetização da dívida interna” e de moeda dolarizada e ainda com a afirmação de que sempre foi contra qualquer congelamento de preços e salários.

Urgência

Todos concordaram que o próximo Presidente da República não terá tempo a perder e precisará anunciar medidas de ajuste econômico, tão logo assuma o cargo. O ex-ministro da Fazenda do governo João Figueiredo, Ernane Galvêas, disse que, se a inflação sair do nível atual, já na casa dos 40% o presidente José Sarney deve ser o “primeiro interessado” antecipação da posse do seu sucessor”. O ex-ministro da Fazenda do governo Ernesto Geisel, Mário Henrique Simonsen, aproveitou para negar que possa voltar ao Governo, na equipe de Collor.

O “Jornal de Brasília” destaca as principais intervenções dos economistas que participaram do seminário promovido pelo Banco Central. São eles o presidente do Banco Central, Wadico Waldir Bucchi; o diretor da Dívida Pública do BC, Francisco Amadeu Pires Félix; o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Gonçalves; o Secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Parente; os ex-ministros da Fazenda, Mário Henrique Simonsen e Ernane Galvêas; o ex-diretor da Dívida Pública do BC, André Lara Resende; o ex-diretor da área bancária do BC, Pêrsio Arida; o ex-secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano; o ex-presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni; o deputado José Serra (PSDB-SP); o vice-presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais, Paulo Guedes; o ex-secretário do Tesouro Nacional, Andrea Sandro Calabi; o professor da Unicamp, Antônio Kandir; o ex-secretário para Assuntos Internacionais da Fazenda (na gestão Dilson Funaro), Paulo Nogueira Batista Júnior, e o professor da Universidade de São Paulo, Celso Martone.



Medida austera é aconselhada

Simonsen — Só resta o choque fiscal para o próximo Governo reverter o processo inflacionário, com a recomendação óbvia de aumento de impostos e corte de despesas públicas. Sem déficit público, o novo Governo pode deixar de emitir moeda e a inflação cairá a curto prazo.

Langoni — São a combinação de choque fiscal, aperto monetário, revisão ampla da máquina administrativa, privatização das estatais, abertura às importações e liberação do câmbio.

Nogueira — Serão medidas de sacrifício, que deverá ter justa partilha. De início, não há como projeto retomada do crescimento econômico ou ampla distribuição de renda.

Arida — É preciso um plano de estabilização que promova o corte radical na inflação. Não há margem para o gradualismo do tipo arroz e feijão do ministro Mailson Ferreira da Nóbrega.

Galvêas — O próximo Governo pode combinar medidas ortodoxas e heterodoxas, na montagem do plano de estabilização. O presidente José Sarney precisa ter sensibilidade para decidir se antecipa ou sob

Polêmica no ajuste fiscal

Simonsen pede apoio à emenda de Dornelles

Simonsen — O candidato vencedor do segundo turno deve se empenhar na aprovação da emenda à Constituição, de autoria do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), que muda de 1º de janeiro para 1º de julho o início do ano fiscal. A emenda será indispensável para o ajuste fiscal, ao permitir aumento e criação de impostos.

— A estabilização da economia brasileira exige ajuste fiscal equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, US\$ 18,75 bilhões. Tamanho choque fiscal depende da mudança da Constituição.

Arida — O ministro da Fazenda deve assumir o controle de todas as empresas estatais e também dos bancos federais. Fora do controle da Fazenda, as estatais executam planos de expansão e abrigam manobras corporativistas que pressionam o déficit público. Ao deixar de fora os bancos federais, as estatísticas do déficit não refletem a realidade, ao desconsiderarem a perda patrimonial do setor financeiro.

Parente — O Congresso Nacional deve exigir plano de ação do Governo, previsto na Constituição, que não pode ser genérico ou retórico e sim operativo, em consonância com as despesas estabelecidas no Orçamento Geral da União. No atual Governo, por falta do plano de ação, o Executivo não obedece prioridade em suas despesas. Leva mais quem tem maior poder de pressão.

— Dificuldades institucionais amarram o Governo para promover qualquer reforma fiscal. A receita bruta estacionou, nas duas últimas décadas, ao nível de 9,5 a 10% do PIB. Para complicar, a parcela livre da receita que a União dispõe não passa de 44%. Em 1990, o orçamento fiscal prevê receita de

não a posse do seu sucessor. Se a inflação mensal estiver ao nível de 40%, Sarney governa até março.

Guedes — Fundamental será o choque fiscal. Simples congelamento de preços e salários não dura um mês.

Lara — Reestruturação imediata das políticas fiscal e monetária. Imediato ataque ortodoxo contra a inflação, sem qualquer controle de preços. Sempre fui contra o congelamento de preços e salários. Desde o início, o novo governo deve perseguir soluções áusteras e definitivas. É preciso inverter os fracassos dos planos de estabilização e começar pelas reformas fiscais e monetárias. Ninguém acredita em posturas intervencionistas no mercado. As reformas devem incluir a liberação do câmbio.

Kandir — O novo programa de estabilização deve incluir corte de 45% nas transferências líquidas de renda ao exterior; extinção total dos subsídios; retorno de empréstimos compulsórios; combate rigoroso à sonegação fiscal; suspensão da contratação de pessoal, serviços e obras; ampliação das câmaras setoriais para prefixação dos reajustes de preços; abertura da economia para o exterior e reforma constitucional.

9,6% e despesa de 10% do PIB. A União gastará 4,3% do PIB com pessoal; 3,8% com a dívida interna e externa e transferirá, 1,9% a Estados e Municípios. Só aí aparecerá déficit fiscal de 0,4% do PIB, nada vai sobrar para outras despesas de custeio da máquina administrativa e muito menos para investimentos.

Gonçalves — O próximo Governo terá que promover choque fiscal para obter superávit primário do setor público de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), através de ampla reforma tributária, combate duro aos sonegadores de impostos, enxugamento da máquina administrativa e privatização de estatais. Do contrário, o déficit público continuará a provocar o fracasso de qualquer plano de estabilização econômica.

— O superávit primário de 4% será necessário para cobrir, em 1990, os encargos da dívida pública interna de 2,2% do PIB e externa, de 1,8%.

— Pouco resta a fazer do lado das despesas.

Galvêas — O combate ao déficit público não exige demissão de servidores. Afinal, o orçamento do próximo ano estima que os encargos financeiros correspondem a dois terços dos gastos globais da União.

Guedes — Nada pior para as finanças públicas do que a soma de presidente da República frouxo e Congresso Nacional porra louca.

— O Banco Central precisa ter autonomia, para não financiar o buraco fiscal. No caso de déficit, cabe ao Governo o risco político de jogar o País na recessão brutal, com a elevação dos juros para colocar mais papéis no mercado.

micos, até porque economês não ganha voto. Mas até o PDT e o PSDB fazem restrições ao programa do PT.

Eu gosto de Brasília, mas não há preço de minha volta ao Governo. O ministro da Fazenda deve ser um sujeito novo para agüentar o tranco. Muitos economistas têm idéias, porém, o novo ministro deve ser um atleta, no sentido físico.

Galvêas — Seja Collor, seja Lula, o próximo presidente precisa atacar o déficit público e deixar questões sociais para etapa posterior. Mas é prematuro especular sobre o programa econômico.

Mercado gosta de juro alto

Arida — Não há grita contra as altas taxas de juros, porque o grosso do setor privado é apicador líquido do mercado financeiro.

Serra — Hoje, não existe política monetária e as altas de juros praticadas pelo Banco Central só ampliam a riqueza dos detentores do capital e, em especial, dos banqueiros. Mas o tabelamento de juros não passa de outro surrealismo.

Guedes — O Banco Central deve caminhar para taxas de juros livres e também começar pela ampliação das margens de compra e venda de dinheiro no overnight”.

Para evitar a hiperinflação, até março do próximo ano, os juros reais do overnight podem atingir 25% ao mês.

Galvêas — A alta dos juros contamina o resto da economia, mas o atual Governo não tem alternativa.

Brasil deverá abrir mercado

Langoni — O Brasil precisa ajustar a sua economia para ingressar no rol dos países que pretendem fazer parte do mundo desenvolvido ou permanecer do lado das nações pobres.

Sinonsen — O País terá que optar entre modelo coreano ou peruano. A opção coreana exige competitividade econômica do País para captar poupança externa e conquistar mercados. A opção peruana significa tomar decisões unilaterais que levam à marginalização do crescimento internacional.

Lara — A economia brasileira deve buscar a integração com o resto do mundo, através da liberação e homogeneização das tarifas de importação ao nível de 20 a 25%.

Gonçalves — Privatizar cria recursos não inflacionários para a retomada dos investimentos.

Dívida precisa de renegociação

Nogueira — O Brasil deve recorrer até a moratória declarada para redução imediata da transferência líquida de renda ao exterior. A subserviência não compensa. É preciso abandonar a ilusão de que a solução para a transferência de renda venha da parte dos credores. É preciso coragem para reduzir os serviços da dívida.

Kandir — A moratória unilateral é a alternativa para a falta de acordo com os bancos credores, capaz de reduzir em 45% os gastos da União com os pagamentos de juros ao exterior.

Gonçalves — O ajuste das finanças públicas passa pela melhora da renegociação da dívida externa.

Salário exige mais proteção

Nakano — Com inflação de 40% ao mês, não há aumento nominal de salários que se traduza em ganho real para os trabalhadores.

— A legislação salarial deve até mudar, dentro de um grande acordo nacional para romper a espiral de preços, salário e câmbio. **Galvêas** — O Governo deve criar mecanismo para proteger os salários contra a corrosão inflacionária.

Recessão vai chegar em 1990

Martone — Em qualquer hipótese, o próximo ano será de recessão econômica. Ao novo governo só caberá obter resultado útil da recessão para estabilizar a economia ou errar e promover inútil sacrifício social, com o aumento do desemprego.

Galvêas — Em razão das necessárias medidas de austeridade, em seu primeiro ano de governo, o futuro presidente não terá condições de reverter o quadro de recessão econômica.

Serra quer BC com autonomia

Guedes — O Banco Central precisa ser independente em relação ao resto do Governo para executar efetiva política monetária.

— O Banco Central divulga a falácia de que a atual política monetária reduz a liquidez real da economia, quando a massa de dinheiro diminui apenas como reflexo da hiperinflação. Com inflação mensal de 100% expansão da base monetária (emissão primária de moeda) de 55% não significa contração real da liquidez e nada estará sob controle. Expansão de 5 mil % da base monetária só dá hiperinflação.

Serra — Só o ajuste das finanças públicas garante a eficácia da política monetária. Mas o Banco Central precisa ter autonomia para não ser fonte de financiamento do Tesouro e tampouco executar operações de fomento. O Congresso continua na contra-mão e até quer transferir o caixa único do Tesouro para o Banco do Brasil. Isso deixaria o orçamento da União a reboque do Banco do Brasil.

Os parlamentares pretendem ainda monitorar toda a economia, através de uma comissão mista especial com mais poderes que o Conselho Monetário Nacional, porém,

Opção pode ser liberar câmbio

Guedes — O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, comete crime de responsabilidade civil, ao patrocinar ganhos cambiais especulativos aos compradores de bônus do Tesouro Nacional com cláusula cambial e às empresas que recorrem aos depósitos voluntários em moeda estrangeira no Banco Central.

— O próximo governo terá que optar entre maxidesvalorização do Cruzado ou a liberação do câmbio. O recomendável será a liberação.

Arida — A taxa de câmbio oficial embute subsídio aos importadores e empresas que remetem do-

eles nem sabem o que são meios de pagamento no conceito clássico ou ampliado.

— Não há justificativa macroeconômica ou ganho para o consumidor na postura parlamentar de proibir os bancos de operar nas áreas de seguros, capitalização e previdência privada. O País também perde com a eventual restrição aos bancos estrangeiros. Os bancos brasileiros têm mais depósitos captados no Exterior do que os bancos estrangeiros no Brasil.

— Os parlamentares propõem também obrigar, na legislação complementar do Sistema Financeiro Nacional, os bancos a aplicarem 50% dos depósitos nos estados em que forem captados. Esquecem-se que, para emprestar, o banco precisa de tomador.

— Essencial é a transparência orçamentária e não a autonomia do Banco Central.

Arida — Independência absoluta do Banco Central não existe. O Federal Reserve (o Banco Central norte-americano) nunca mudou as taxas de desconto, desde 1914. Mas nada justifica a existência do Conselho Monetário Nacional (CMN), em que empresários privados têm o mesmo poder de voto do presidente do Banco Central. É claro que pior será subordinar o Banco Central ao Congresso Nacional.

— A política monetária sozinha

lares ao exterior, enquanto taxa exportações e o ingresso de capital.

Lara — O câmbio administrado é extraordinariamente perverso para um País com crise de poupança externa. Ninguém consegue segmentar divisas. As cascas de câmbio e a via do Uruguai já introduziram o câmbio livre no País.

Calabi — A liberação do câmbio não afeta o caixa das estatais endividadadas. Haverá apenas mudança nas contas gráficas, uma vez que a dívida externa das estatais já são cobertas pelo Banco do Brasil, através do mecanismo do aviso MF-30 (com autorização do Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil honra a dívida externa em atraso do setor público).

não faz milagre.

— Ninguém segura os bancos estaduais.

Galvêas — O Brasil não tem ainda Banco Central completo para exercer as funções básicas de disciplina monetária. Mas seria uma calamidade, comissão mista do Congresso Nacional regular assuntos financeiros e econômicos, com a extinção do CMN, da Comissão de Valores Mobiliários, da Comissão de Política Aduaneira e do Conselho Nacional de Seguros.

— Não há Banco Central que funcione com fantástico déficit público e com a manipulação do orçamento fiscal. O Orçamento de 90 está estruturalmente desequilibrado. A preços de maio último, a proposta orçamentária do Executivo estabelece despesas financeiras de NCz\$ 216,8 bilhões para os gastos globais da União de NCz\$ 338 bilhões.

Bucchi — A independência do Banco Central vai além do mandato fixo para os seus diretores. É preciso reiterar suas funções e a proibição de financiar o Tesouro.

Lara — Ao controlar apenas as taxas reais de juros do mercado, o Banco Central executa política monetária passiva e ratifica a aceleração inflacionária. É irrelevante o controle dos meios de pagamento (papel-moeda em poder do público mais depósitos à vista nos bancos).

Choque não faz milagre sozinho

Simonsen — O choque heterodoxo não produz milagre e, depois do fracasso sucessivo dos Planos Cruzado, Bresser e Verão, nem dá trégua para o Governo. O próximo presidente não poderá cometer o erro de pensar em choque antiinflacionário, sem promover ajustes fiscal e monetário.

Martone — Sem reformas estruturais, a economia brasileira não encontrará o caminho da estabilização. É preciso acabar com os conflitos mentais estranhos que permeiam o debate econômico.



Mário Simonsen Paulo Guedes Pêrsio Arida Andréa Calabi Lara Resende

Giro da dívida recebe crítica

Arida — O financiamento do déficit público com a emissão de títulos só posterga a inflação, com posterior ampliação do próprio déficit pela elevação das despesas financeiras.

— A Letra Financeira do Tesouro (LFT) é criação do Lara (André Lara Resende, ex-diretor da dívida pública do Banco Central). “Overnight não precisa de papel.

Calabi — Se o futuro presidente conseguir aprovar a nova reforma tributária junto ao Legislativo, o Governo terá condições de honrar a dívida interna, sem calote ou desconto compulsório. Nos últimos dez anos, a dívida interna já sofreu forte redução real, uma vez que a variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) ficou 50% abaixo da inflação do período, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas.

Galvêas — O problema não é o tamanho da dívida interna, mas o seu giro. A dimensão dos encargos gera desconfiância do público e obriga o Banco Central a pagar juros mais elevados para superar as expectativas negativas.

— É preciso acabar com as LFT.

Guedes — Os bancos têm lucro fantástico no overnight. Pagam aos aplicadores 75 a 80% do que recebem do Tesouro. A criação das LFT eliminou riscos para os intermediários financeiros. LFT é só ganho.

Lara — É um equívoco responsabilizar a dívida pública pela inflação. A remuneração das LFT é a mesma das reservas bancárias. A dívida interna é moeda. Então, não existe dívida pública. O Governo pode substituir a dívida interna por depósitos à vista remunerados e impor aos bancos o recolhimento compulsório de 100% dos recursos. É preciso desmistificar as idéias de ciranda financeira e de que a dívida interna está por trás da inflação. Aplicações com liquidez diária é moeda e não poupança.

— Não há e não haverá tomador voluntário para os títulos públicos, enquanto o Governo não conquistar a mínima credibilidade para a política econômica.

Gonçalves — Como taxar de impagável a dívida interna de 15% do Produto Interno Bruto (PIB)?

— O novo Governo precisará adotar indexadores confiáveis e juros variáveis e ainda mostrar programa coerente de curto, médio e longo prazos para conseguir alongar o perfil da dívida interna.

Hiperinflação está mascarada

Guedes — As decisões no Legislativo, o fisiologismo do Executivo e a política monetária solta explicam a alta consistente na inflação, ao longo das últimas duas décadas. O País já convive com a hiperinflação, que só não é aberta, porque a taxa mensal ainda não bateu nos 50%, com a desestruturação efetiva da economias e o estouro do desemprego. A inflação é nominal.

Serra — A inflação é o principal fator de corrosão da receita pública.

Lara — O Governo deve buscar absoluta estabilidade de preços. Não há como estabilizar inflação, mesmo em nível baixo. Para dar credibilidade ao plano de estabilização absoluta, o governo pode criar uma segunda moeda, de transição, conversível em dólar.

Calabi — A economia caminha no fio da navalha, entre a inflação crônica e a hiperinflação.

Kandir — A inflação continua acelerada pelo comportamento defensivo dos agentes econômicos, que leva à abertura da margem de lucros. As câmaras setoriais são necessárias para conter as expectativas inflacionárias.

Candidatos vão detalhar planos

Nakano — Em país que possui uma das piores distribuições de renda do mundo, com uma população de miseráveis, era natural que a massa de marginalizados votasse nos populistas que prometeram milagres. Mas o fracasso do populismo pode abrir caminho para a volta do regime militar.

Simonsen — Na campanha eleitoral, Lula e Collor não detalharam os seus programas econô-